

# *Maílson critica credor e exige uma nova linguagem*

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, fez severas críticas aos países industrializados e à comunidade financeira internacional pelo seu comportamento — segundo ele, “com prevalência de sinais contraditórios” — em relação às nações endividadas do Terceiro Mundo, em particular o Brasil.

Maílson — que falou num simpósio sobre a dívida externa promovido pela Universidade de Brasília — acha necessário que os bancos comerciais estrangeiros, as agências multilaterais, os governos dos países industrializados e o Fundo Monetário Internacional passem a usar uma linguagem homogênea.

O ministro citou como exemplo a execução de políticas distintas, pelo sistema financeiro internacional. Enquanto o FMI dá plena importância a um ajuste fiscal que reduza o déficit público, os bancos credores exigem crescentes superávits da balança comercial, para que o Brasil pague os juros da dívida. A obtenção desses superávits, porém, é prejudicada por políticas protecionistas defendidas por diversos países industrializados.

Além disso, observou o ministro, uma política voltada apenas para conquistas de saldos comerciais externos cada vez mais elevados pressiona, por sua vez, o próprio endividamento público, uma vez que as exportações, no país, são feitas quase que unicamente pela iniciativa privada, forçando o governo a ampliar seu déficit.

Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) auxiliam o Brasil a executar políticas de ajustamento interno e de modernização de economia, muitas delas incompatíveis com exigências formuladas pelo Fundo Monetário Internacional.

Outra contradição citada por Maílson diz respeito à exigência dos bancos credores de que o governo brasileiro liberalize, ao máximo, as políticas de conversão da dívida externa e de capital, que podem provocar consequências desastrosas para o controle inflacionário e a execução de política monetária rígida.

O ministro lembrou que pode haver solução para a dívida externa, desde que sejam utilizados outros instrumentos que reduzam o estoque do endividamento das nações do Terceiro